

# ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS E RELIGIOSAS NO EGITO ROMANO (SÉC. I AEC – SÉC. IV EC): PERSPECTIVAS DOCUMENTAIS<sup>1</sup>

*Beatriz Moreira da Costa*<sup>2</sup>

**Resumo:** *O presente artigo tem como objetivo investigar as associações profissionais e religiosas durante o Egito Romano. Essas associações podem ser caracterizadas como grupos de agentes que compartilham interesses comuns, tanto de natureza profissional quanto religiosa. Ao participarem dessas associações, os agentes buscam assistência e apoio mútuos, especialmente em questões relacionadas à morte e ao ambiente funerário como um todo. Como documentos, utilizamos uma série de papiros do período, além de estelas funerárias e pedras memoriais. Por meio da análise das interações sociais, do simbolismo visual presente nas estelas e, ainda, do estudo das associações profissionais e religiosas, buscamos compreender o funcionamento dessas corporações como espaços de preservação identitárias de agentes e grupos.*

**Palavras-chave:** *Associações profissionais; Associações religiosas; Estelas funerárias; Documentação papirológica; Egito Romano.*

## PROFESSIONAL AND RELIGIOUS ASSOCIATIONS IN ROMAN EGYPT: DOCUMENTARY PERSPECTIVES

**Abstract:** *This article aims to investigate professional and religious associations during Roman Egypt. These associations can be characterized as groups of agents who share common interests, both professional and religious in nature. By participating in these associations, agents seek mutual assistance and support, especially in issues related to death and the*

---

<sup>1</sup> Recebido em 13 de junho de 2024 e aprovado em 10 de agosto de 2004.

<sup>2</sup> Doutora em História Social com ênfase em História Antiga pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e mestra em História Social com ênfase em História Antiga pela mesma universidade. Historiadora formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisadora do Laboratório de História Antiga da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LHIA-UFRJ) desde 2013 e do Núcleo de Estudos de Representações e de Imagens da Antiguidade (NEREIDA-UFF). ORCID: 0000-0001-5947-564X. E-mail: beatrizmoreira190@hotmail.com

*funeral environment as a whole. As documents, we used a series of papyri from the period, as well as funerary stelae and memorial stones. Through the analysis of social interactions, the visual symbolism present in the stelae and, also, the study of professional and religious associations, we seek to understand the functioning of these corporations as spaces for preserving the identity of agents and groups.*

**Keywords:** *Professional associations; Religious associations; Funerary steles; Papyrological documentation; Roman Egypt.*

## **Associações profissionais e religiosas na documentação papirológica**

As associações na Antiguidade possuem características semelhantes. Muitas envolvem membros que se assemelham em suas profissões, outras englobam agentes que cultuam as mesmas divindades. Manson (2019, p. 38) afirma que, na realidade, é muito difícil distinguir uma associação religiosa de uma profissional nas sociedades antigas. No caso do Egito Romano, a manutenção da vida religiosa era mantida pelos próprios agentes, principalmente no que diz respeito aos festivais, templos ou até mesmo à confecção de estatuetas votivas. Práticas que durante o Egito Faraônico eram promovidas pelo governo egípcio, agora tinham que partir da iniciativa dos próprios habitantes. A procura de materiais menos custosos, como tijolos de barro e terracota, permitia que os habitantes confeccionassem e, em vista do efeito do tempo, reformassem o que possivelmente teria se desgastado. Ou seja, não só a confecção, mas a própria manutenção dos lugares sagrados era de responsabilidade local. Dessa forma, a religião egípcia teve espaço para prosseguir ativa, assim como possibilitou vias de inovação.

É complexo enumerar uma quantidade específica de associações ao longo de um período, dado que na maior parte das vezes as evidências em papiros e inscrições documentam um membro de uma associação concluindo algum tipo de transação financeira (pagando impostos) ou homenageando algum patrono (Veticinque, 2010, p. 277). As associações profissionais mais bem documentadas do Egito Romano são as de Tebnutis, durante o século I AEC (Langellotti, 2016, p. 116). Esta rica evidência documental (*P. Mich.* V 243-245) nos auxilia a entender a dinâmica interna das associações no mundo egípcio durante o período romano:

*Cada associação tinha suas próprias regras, mas uma análise [...] revela três características comuns. Em primeiro lugar, era eleito anualmente um presidente que tinha autoridade para fazer cumprir as regras, embora algumas associações [...] não tivessem presidentes. Em segundo lugar, os membros eram obrigados a comparecer a banquetes mensais. Terceiro, os delinquentes deveriam ser punidos com multas exigidas pelo presidente. A cada vóuoç era anexada uma lista dos membros atuais. Os membros eram, como em outros documentos formais, identificados por seu patronímico, idade e uma característica física distinta, geralmente uma cicatriz. Essas listas não incluíam necessariamente todos os membros de uma determinada associação, mas apenas a maioria que votou a favor da aprovação do regulamento, como no caso das associações anônimas (Langellotti, 2016, p. 116).*

Outras obrigações conhecidas por meio destes documentos são as de caráter mortuário, ou seja, uma vez que algum membro falecesse os demais garantiam os cuidados com o funeral do morto e os devidos rituais. Este dever não estava restrito às associações religiosas como se poderia deduzir, mas também às associações profissionais, uma vez que nestes grupos economia e religião se confundem. O papiro *P. Mich. 243, 9-12* cita uma associação não nomeada que indica que caso um membro falecesse, os membros deveriam raspar a cabeça e providenciar um banquete fúnebre em homenagem. Cada membro deveria levar comida e dinheiro para o ritual e colocar uma coroa de flores no túmulo. Outros papiros em demótico mencionam ainda que os membros de uma associação deveriam oferecer provisões para enterros de falecidos associados que residiam no local em que esta possuía sede (*P. Dem. Lille i 29.17-22; P. Dem. Cairo 30605, 12-17; 30606, 13-17; 31179, 15-16; 18-19; P. Berl. 3115, 7*). (Boak, 1937, p. 218).

Associações de artesãos e mercadores foram identificadas ao longo do território egípcio:

*Associações de artesãos e mercadores, como o collegium de centenarii em Roma, os plethos de padeiros ou os synodos de tecelões em Fayum, a sunergasia de ourives em Éfeso, ou o koinon de mercadores de especiarias em Oxyrhynchus, prosperavam em todo o mundo antigo. Às vezes considerado principalmente um fenômeno urbano, mesmo comunidades menores como Tebtunis, uma aldeia*

*Fayum de vários milhares de habitantes, eram o lar de muitas associações: criadores de gado, comerciantes de sal, fazendeiros, tintureiros, fieiros, comerciantes de lã, tecelões, construtores e ourives* (Venticinque, 2013, p. 280).

Os *synodoi* no Egito Romano agrupam, em seu seio, membros com as mesmas pretensões socioculturais. Essas associações são responsáveis pela solução de problemas mais imediatos ligados à religião e à continuidade da solidariedade religiosa a nível local, mas também contemplam questões mortuárias (*nekrotophoi*), como o auxílio para o enterramento de seus membros, transporte e preparação dos corpos, prestação de oferendas etc. Mais tardiamente, durante o século III EC, é possível verificar uma transformação no nível da funcionalidade dos *synodoi*. Existem evidências de associações de caráter profissional.

Segundo Venticinque (2016, p. 5), os benefícios para os membros das associações no Egito Romano incluíam informações sobre a atividade econômica, no que diz respeito a preços e transações, e também auxiliava no âmbito pessoal, social e legal que, para o autor, não eram “menos vitais para alcançar o sucesso econômico, porque permitia que os membros desenvolvessem capital social com seus pares e com a comunidade” (Venticinque, 2016, p. 5). Assim, em diálogo com o autor, podemos deduzir que, para os agentes, a participação nessas associações tinha um significado maior do que apenas ter prestígio social, pois existia um senso ritual, ético, religioso e um vínculo com as divindades. A proteção dos templos, a patronagem e a assistência aos mortos podiam oferecer às pessoas certo tipo de segurança e um espaço de manutenção de aspectos ligados à sua identidade étnica. O autor afirma que a composição média dos grupos associativos era de 10 a 25 homens, embora esses grupos também pudessem incluir mulheres, escravos e libertos. Em alguns casos, como no segundo século EC em Ostia, essas associações podiam ser muito numerosas. Os grupos frequentemente se organizavam em torno de atividades comerciais, mas também se vinculavam a divindades ou figuras divinizadas, como demonstram os cultos de Diana e Antínous em Lanuvium, os Iobacchoi em Atenas e a associação de Harpócrates no Egito. Nesses contextos, as fronteiras entre economia e religião frequentemente se misturavam. As associações envolviam-se em diversas atividades, incluindo econômicas, sociais, religiosas e políticas, e tinham a posse e administração de propriedades, bancas e oficinas de

mercado, além de estabelecer vínculos com elites locais. Elas também gerenciavam fundos comuns e pagavam taxas mensais para cobrir suas despesas. As estruturas organizacionais comuns incluíam a cobrança de taxas, a eleição de oficiais, participação em reuniões e festas, provisão para funerais, promessas de assistência financeira, regulamentos comportamentais e éticos, e penalidades por não conformidade (Venticinque, 2016, p. 6).

Dada a relativa falta de atenção para com os templos locais por parte do Império Romano, David Frankfurter (1998) ressalta a criação de associações (*synodoi*) de pessoas que eram responsáveis pelo financiamento dos templos, construções de altares e outros tipos de cuidados com a vida religiosa. Os festivais religiosos tradicionais do Egito Faraônico também continuaram a existir a partir do trabalho dessas associações e dos sacerdotes locais. Ou seja, tendo em vista que os templos nacionais recebiam financiamento imperial, os egípcios normalmente priorizavam templos locais ou altares em suas práticas de patronagem. Sobre a perspectiva romana acerca dos *synodoi*, Arnaoutoglou (2005, p. 197) pondera:

*[...] os synodoi egípcios eram considerados antigos e legítimos, já que a maioria dos grupos egípcios cumpria, entre outros, tarefas religiosas para com seus membros. É, portanto, provável que eles não precisem da autorização dos romanos. A observação de M. San Nicolò sobre a falta de provas sobre petições ou a concessão do direito de fundar uma associação se encaixa muito bem nesse esquema. No entanto, esta interpretação tem uma ramificação interessante para a nossa compreensão da atitude romana e da implementação da legislação colegial. Isso significa que a legislação romana sobre collegia não foi tão rígida como foi prevista; associações religiosas e profissionais podem manipular sua natureza multifuncional para se adaptar às exigências do senatus consultum de tenuiorum. A esse respeito, a hipótese de que as autoridades romanas fecharam os olhos a associações aparentemente constituídas ilegalmente pode não ser mais do que um palpite inteligente. As associações seguiram as regras estabelecidas no início do Principado, mas interpretaram essas regras de maneira a atender seus próprios interesses.*

Os *synodoi* eram responsáveis não só pela participação e incentivo ritual nos templos. O patronato local promovido por estas associações fornecia suprimentos para as oferendas, renovação de altares, entre outros. Em um

papiro do séc. II EC, uma mulher com o nome Alinë alega ter construído um “santuário” para os Dióscuros<sup>3</sup> em Apollinopolis Heptakomia (*P. Giss. Apoll. 20*). Em cerca de 180 EC, o templo de Petesouchos e Pnepheros em Karanis foi construído com fundos civis que, dez anos depois, foi restaurado por um patrono local, Apollonios.

Essas associações contribuíam para uma espécie de solidariedade religiosa e cultural que mantinha os habitantes unidos em torno de um objetivo comum. Frankfurter (1998, p. 72) afirma que uma associação datada do século II EC possuía somente membros com nomes egípcios, mesmo que durante o período os nomes gregos fossem muito mais comuns. O autor afirma ainda que existem evidências de associações voltadas integralmente ao culto de divindades egípcias, tais como uma associação proveniente de Coptos, que cultuava o deus Tutu, e uma associação de Narmouthis, no Fayum, voltada ao culto do deus Anúbis. Neste sentido, na Tebaida temos o exemplo de associações de ferreiros que participavam de festivais anuais de peregrinação de Hermonthis em direção ao templo de Hatshepsut, em Deir el-Bahri.

Vemos, assim, que mesmo quando estas associações incorporaram membros segundo sua profissão, as questões religiosa e cultural ainda estavam extremamente presentes. O aspecto religioso das associações sugere inclusive que “associações comerciais locais contribuíram para a manutenção da vida religiosa e ritual no Egito Romano” (Frankfurter, 1998, p.72). As *nekrotophoi* são exemplares neste aspecto. Uma associação mortuária (*nekrotophoi*) de Kysis era responsável pelo transporte de corpos, pela mumificação e pelo ritual mortuário. Escavações na necrópole local demonstraram que a associação possuía profissionais especializados no que diz respeito à preparação do corpo conforme a prática mortuária egípcia, assim como uma diversidade de material funerário que incluía desde produtos em ouro até outros tipos de materiais mais rudimentares (Frankfurter, 1998, p.73).

Os agentes que compunham as associações profissionais e religiosas no Egito Romano possuíam a preocupação sistemática de construir regras internas de funcionamento e, inclusive, punições a quem não cumprisse. Estas regras chegaram até nosso tempo por meio de cartas em papiro achadas principalmente em Oxyrhynchos, que constitui um dos maiores sítios arqueológicos de arquivos papirológicos. Uma série de papiros, como, por

---

<sup>3</sup> Divindade que representa os gêmeos gregos Castor e Pollux, filhos de Zeus e Leda.

exemplo, *P.Mich.* V 243 (14-37 EC), 244 (43 EC), 245 (47 EC), relatam como as associações funcionavam e quais eram as necessidades e deveres dos membros destas. Eventos religiosos, funerais, banquetes, transações comerciais e encontros faziam parte da rotina dos agentes enquanto parte de um grupo associado. Os papiros citados fazem parte de um arquivo administrativo da vila de Tebtunis no *nomos* Arsinoíta escritos durante o governo de Tibério, sendo dois deles relativos a associações religiosas (*P.Mich.* V 243 e *P.Mich.* V 244) e um relativo a uma associação profissional de vendedores de sal (*P.Mich.* V 245).

Por um longo período, a historiografia taxou o fenômeno das associações no Egito Romano como meramente de caráter religioso ou objetivamente econômicas. Kloppenborg (2019, p. 6) intitula esta perspectiva como “modelo padrão” de interpretação da documentação papiroológica acerca das associações:

*Ramsay MacMullen, por exemplo, argumentou que embora o conjunto de papiros do Egito que registram os pagamentos de impostos e contratos de associações pudesse levar à conclusão de que as associações tinham uma função principalmente econômica, essa impressão era enganosa: o princípio associativo parece econômico simplesmente porque uma sociedade mal-alfabetizada naturalmente só coloca no papel coisas como contratos e recibos. Obrigações exatas tiveram que ser estabelecidas por escrito. Mas o domínio dos assuntos de negócios entre os papiros distorce o registro total. Na verdade, as associações não foram formadas para fins econômicos; eles eram meramente úteis para esse propósito uma vez formados... Qualquer analogia com uma guilda medieval ou sindicato moderno é totalmente errada (Macmullen, 1974, p. 18-9).*

Outros especialistas dão ênfase ao papel fiscal em detrimento do social, como defende Kloppenborg (2019, p. 9):

*Um exame mais minucioso das práticas associativas indica, de fato, que a relação das guildas ocupacionais com a administração cívica e provincial não era casual ou incidental, mas rotinizada para fins de tributação. Roger Bagnall, na verdade, argumentou que as guildas ocupacionais no Egito, pelo menos, eram de “caráter fiscal, em vez de social”. [...] Em primeiro lugar, a administração imperial*

*empregou guildas ocupacionais como o elo principal entre o fisco e os artesãos individuais, o que significava que provavelmente havia um forte incentivo para que os artesãos se unissem às corporações profissionais, uma vez que esse era um nó-chave para a extração de impostos. As guildas parecem ter sido obrigadas a fornecer declarações oficiais dos nomes de seus membros para fins de imposição e pagamento do χειρωναξίον (imposto sobre artesanato).*

Não existem, no entanto, documentos que demonstram que a administração imperial gerenciava estas associações ou mesmo incentivava a criação destes grupos. Cracco Ruggini (1976, p. 463) sugere que as associações de Tebtunis do séc. I iniciaram a prática de se associar por conta própria e não por instigação do governo provincial. Nós concordamos, neste caso, com a noção de “associações voluntárias” defendida por Venticinque, Brennan e Pettit. E defendemos que na realidade do Egito Romano, e da Antiguidade, de forma geral, não é proveitoso teoricamente ser taxativo quanto ao caráter religioso, econômico ou fiscal das associações. Em nossa perspectiva, elas eram tudo isso ao mesmo tempo de forma que os agentes não apenas “faziam parte de uma rede de contatos, mas compartilhavam também a mesma crença religiosa, origem social, gosto cultural. Quanto mais laços, mais estreita será a conexão entre os membros e é mais provável que ajudem e protejam uns aos outros” (Broekaert, 2011, p. 227).

As evidências revelam que as associações se engajaram em uma série de atividades econômicas, sociais, religiosas e políticas. As associações possuíam escolas ou casas de reunião em muitas comunidades. Além de possuir e administrar propriedades, as associações adquiriram barracas de mercado e oficinas (pelas quais agradeciam funcionários ou patronos locais), criavam laços com as elites locais e administravam doações e um fundo comum no qual eram pagas mensalidades que ajudavam a cobrir suas despesas. As associações ainda ajudaram a custear enterros e realizaram atividades comemorativas para os membros, suas famílias e patronos.

Exemplos de uma variedade de grupos ativos durante os períodos helênico e romano detalham estruturas organizacionais relativamente comuns: pagamento de taxas, eleição de oficiais, participação em reuniões e festas, provisões para funerais, promessas de assistência financeira, preceitos comportamentais e éticos, e multas por descumprimento. Duas cartas de Tebtunis do primeiro século EC preservadas em papiro e escritas em grego mostram

a importância atribuída ao cultivo de uma reputação confiável por uma série de indivíduos da não elite: os chamados *apolusimoi* (*P. Mich V 244, 43 EC*), que eram arrendatários de uma propriedade imperial, incluindo um artesão, um ex-escravo e um grupo de comerciantes de sal (*P. Mich. V 245, 47 CE*). A combinação de cauções e multas detalhadas nesses documentos produz um roteiro do que constitui um comportamento aceitável nas relações com colegas e seus familiares e com aqueles de fora do grupo.

A documentação papirológica em grego ou demótico nos permite elencar, segundo Boak (1937, p. 213), sete conteúdos comuns: 1. Eleição de um presidente; 2. Regulamentação das taxas; 3. Provisões para reuniões; 4. Códigos de conduta; 5. Provisões para assistência mútua; 6. Regulamentos relativos a lutos e funerais; 7. Multas.

Em relação às *eleições*, os papiros costumam iniciar com um relato da eleição de um presidente cujo mandato deve durar um ano. A escolha do presidente pelos membros da associação e a limitação de seu mandato são características comuns na documentação que legisla as associações. A importância da anualidade da presidência é que ela limita a eficácia do próprio a um único ano, pois o presidente é o funcionário com poderes para fazer cumprir seus regulamentos para esse período específico. Isso implicava que as corporações fossem associações anuais, embora capazes de renovação indefinida por sua própria vontade. Não havia outros funcionários nessas corporações e a direção-geral de suas atividades cabia ao presidente, cujo dever particular era obrigar os membros a cumprirem suas obrigações. É o presidente quem tem que recolher os valores devidos pelos membros. É o presidente que coleta e guarda as contribuições de seus companheiros. Da mesma forma, o pagamento das mensalidades regulares, contribuições e despesas, bem como a execução de multas cobradas, está sob a supervisão do presidente. Para capacitá-lo a obrigar os membros a cumprir qualquer ou todas essas obrigações, ele é dotado de poderes de execução.

Em respeito às *taxas*, pareciam seguir duas lógicas: aquelas que eram contribuições dos membros para fins de pagamento de impostos públicos ou cumprimento de outras obrigações para com o Estado, e aquelas arrecadadas para custear as despesas das próprias associações. Além dessas taxas regulares, contribuições especiais eram exigidas dos membros das associações em várias ocasiões.

O papiro *P. Mich. V 243* (14-37 EC) consiste em um dos regulamentos feitos pelos membros de uma associação de caráter incerto, talvez uma as-

sociação religiosa ou uma organização para fins de convívio; várias disposições são dadas sobre as mensalidades e outras obrigações de cada membro, bem como as penalidades e multas a serem eventualmente impostas a eles. Neste papiro, para além dos detalhes de caráter econômico, também é relatado os deveres dos membros em relação aos funerais. Cito:

*... escolheu como presidente para o (?) ano de Tibério César Augusto Heron, filho de Orseu, em cuja companhia eles farão um banquete todo mês no dia doze, cada um contribuindo para suas mensalidades as doze dracmas de prata atribuídas igualmente a cada um. Se alguém deixar de cumprir suas obrigações nestas ou em outras questões, o presidente tem direito a promessas exatas. Se alguém se comportar mal, que seja multado o que a sociedade decidir. Se alguém receber aviso de uma reunião e não comparecer, seja multado em uma dracma na aldeia, mas na cidade quatro dracmas. Se alguém se casar, pague duas dracmas, pelo nascimento de um filho varão duas dracmas, por uma menina uma dracma, pela compra de propriedade quatro dracmas, por um rebanho de ovelhas quatro dracmas, pelo gado uma dracma. Se alguém negligencia outro em apuros e não ajuda a libertá-lo de seus problemas, que pague oito dracmas. E cada um que, tomando assento nos banquetes, passar na frente do outro, pagará três óbolos extras pelo seu lugar. Se alguém processar outro ou difamá-lo, que seja multado em oito dracmas. Se alguém intriga contra outro ou corrompe sua casa, que seja multado em sessenta dracmas. Se alguém for preso por uma dívida particular, deixe-os pagar fiança até cem dracmas de prata por trinta dias, dentro dos quais ele libertará os homens. Que a saúde prevaleça! Se um dos membros morrer, que todos sejam raspados e façam uma festa por um dia, cada um trazendo ao mesmo tempo uma dracma e dois pães, e no caso de outros lutos, que façam uma festa por um dia. Que aquele que não se barbeia em caso de morte seja multado em quatro dracmas. Quem não participou do funeral e não colocou uma coroa de flores no túmulo será multado em quatro dracmas. E que os outros assuntos sejam como a sociedade decidir. Que a lei seja válida quando subscrita pela maioria. Quando validado, que seja devolvido ao presidente.*

Como evidenciado no papiro destacado, vemos que os banquetes eram um tema comum na vida das associações mais abastadas. Banquetes mensais

regulares eram uma característica da vida de algumas associações que requeriam que, em uma data específica, por mês, todos deveriam festejar junto ao seu presidente ou, às vezes, deveriam beber uma cerveja na data escolhida. E neste caso, os membros deveriam providenciar as *provisões* necessárias.

Outro conteúdo presente nos papiros são os *códigos de conduta*. Alguns citam as obrigações de seus membros a não se comportarem mal sob a influência do vinho, não ocuparem assentos fora de ordem nos banquetes, não acusarem ou caluniarem uns aos outros, não corromperem os lares uns dos outros. Encontramos também a interdição de atos de violência proibidos por parte dos membros da associação que podem surgir como resultado do excesso de vinho. Eles também proíbem a acusação de companheiros perante os tribunais e a prolação de calúnias nestes e em outros espaços.

No caso das provisões para a assistência, é ordenado que, em caso de necessidade, os membros deveriam prestar assistência mútua uns aos outros. É ressaltada a obrigação de assistência aos companheiros, tanto nos casos de carência como nos casos em que se tenha encontrado dificuldades com as autoridades e está sob prisão em perigo de acusação. A assistência não ocorria somente em casos de carência financeira, mas também nos momentos mais difíceis, como a morte. Verificamos no papiro *P. Mich. V 243* que a preocupação com o tema da morte é crucial para a associação. No papiro *P. Mich. V 244* é demonstrada a mesma perspectiva:

*E se um presidente ou um pai ou mãe ou esposa ou filho ou irmão ou irmã morrer e qualquer um dos homens abaixo assinados não comparecer ao funeral, que tal pessoa seja multada em quatro dracmas pela associação, e aquele que estiver enlutado deverá ser festejado pela associação por um dia.*

As *multas*, citadas no papiro e, também são temas recorrentes na vida das associações e estão ligadas, geralmente, a todos os outros conteúdos exemplificados. A falta do cumprimento de alguma legislação ou dever resultava em multas em dinheiro para o negligente.

Dados os custos relatados, tanto com banquetes, festas, funerais, multas etc., parece que os membros não eram necessariamente pobres, mas agentes com uma situação mais favorável. A participação em um grupo teria sido um luxo não disponível para muitos, o que permitiu a esse segmento da população fortalecer e proteger sua própria posição na comunidade, in-

dividualmente e como grupo. Em Dendera, existiam associações que eram ricas o suficiente para arrecadar dinheiro para um enorme programa de construção de templos e instalações para suas reuniões. Em certos casos há evidências de que as associações locais agiam em conjunto com o governador do *nomos*. Monson (2019, p. 49) fornece dois exemplos:

*A grande associação (swt) de Harsomteus, o grande deus, senhor de Chadi, consagrada no pátio de Osiris – Onnophris, o grande deus, por Ptolemaios, filho de Panas, o governador e por Imouthes, filho de Haremsynis, o lesonis, e pelos membros da associação em uníssono. Pátio do meio. Ano 21 de Augusto, 12 de Choiak (17 de dezembro de 19 AEC)*

*A grande associação (swn.t) de Hathor, consagrada no dromos<sup>4</sup> de Hórus de Edfu, o grande deus, senhor do céu, por Ptolemaios, filho de Panas, o governador, o profeta de Horus, o profeta de Hathor e por Pachompsenesis, filho de Psenosiris, o lesonis e escriba da aldeia, e pelos membros da associação em uníssono. 18 de Mesore. (11 de agosto)*

Ainda de acordo com Monson (2019, p.49): “o governador Ptolomeu, filho de Panas, era um sacerdote de alto escalão com ofícios em vários templos, então mais uma vez isso mostra como as associações religiosas estavam ligadas aos templos”. A participação em uma associação, como salientado, fornecia uma rede de segurança e oferecia uma maneira de gerenciar os custos que outros em circunstâncias menos vantajosas não poderiam pagar, além da necessidade de garantir um enterro adequado. Em geral, prestar tais contribuições e realizar celebrações com outros membros da associação para marcar o nascimento de um filho, um casamento, uma morte ou a compra de propriedades enfatizava o relacionamento entre as famílias e os agentes dentro da associação.

Os encontros regulares, bem como as festas e funerais, proporcionavam um ambiente propício para o estabelecimento e a manutenção de laços de confiança entre os membros e seus familiares. Aqueles que não prestavam auxílio aos seus iguais eram provavelmente desprezados, não apenas pelos próprios membros, mas também por suas famílias. A participação constante e a adesão às regras da associação provavelmente conferiam a alguém

---

<sup>4</sup> A passagem para um antigo túmulo subterrâneo egípcio ou micênico.

a reputação de ser um parceiro comercial confiável, resultando em certas recompensas tanto para si mesmo quanto para sua família.

### **Associações profissionais e religiosas na documentação material**

Uma estela datada de 30 EC, proveniente de Coptos (*British Museum EA 1325*), pertencente a associação de tecelões, providencia uma série de regulamentos, tais como o abastecimento para as despesas da festa de Coptos, bem como vinho por um mês (*Tybi*) para o enterro do *gy.t* (significado desconhecido) na Casa do Sul de Geb. O envolvimento na provisão para as despesas das cerimônias de sepultamento é indicado como sendo assegurado anualmente, incluindo os filhos dos membros e os filhos de seus filhos (l. 26-27). Ou seja, verificamos que tanto os regulamentos inscritos em papiros do norte do Egito quanto uma estela do sul do Egito comprovam que os funerais deviam ser mantidos financeiramente e moralmente pelos membros da associação e que, caso estes não cumprissem seus deveres, seus filhos e os filhos de seus filhos deveriam cumprir.

**Figura 1 – Estela da associação de Coptos, 30 EC**



Fonte: British Museum EA (1325).

A estela foi construída em arenito e sua iconografia apresenta *Caesarion* realizando oferendas às divindades. O seu topo, em formato arredondado, contém um disco solar alado e duas *uraei* que possuem discos solares em suas cabeças. Entre elas aparece a figura de um escaravelho. À direita, um faraó usando a coroa dupla, que não tem nome, porque os dois cartuchos estão vazios, apresenta oferendas, possivelmente hortaliças, ao deus Min. Como de costume, Min usa duas plumas na cabeça e um mangual flutua sobre seu braço erguido. Os hieróglifos nomeiam o deus especificamente como Min de Coptos. Atrás dele está sua consorte em Coptos, a deusa Ísis, usando touca de abutre e chifres e disco de vaca, e carregando um cetro de papiro e “ankh”. Na outra cena, o rei sem nome oferece vinho a Geb, que usa a Coroa Branca do Alto Egito, e a Sobek, com cabeça de crocodilo, que se diz especificamente ser um convidado no templo de Min. Ambos os deuses carregam cetros e “ankhs”.

A estela cita um contrato entre uma associação de 36 fabricantes de linho (nomeados individualmente) e suas famílias, e, em primeira instância, dois altos funcionários sacerdotais de Coptos, relativos às despesas do touro Apis. O animal sagrado de Min também era um touro, então a assimilação entre ele e o Apis mais famoso não teria sido difícil. No segundo caso, o acordo é com a associação de embalsamadores locais e diz respeito ao pagamento do embalsamamento dos Ápis e de outros animais sagrados locais, do treinamento dos embalsamadores e do custo de vestir seus filhos e esposas. A associação dos fabricantes de linho deveria ser paga em ouro e vinho. Assim como se o texto estivesse escrito em um papiro, ele é assinado por seu escriba, e há até uma lista de nomes de testemunhas no final.

Como dito anteriormente, a documentação papirológica que versa sobre os regulamentos das associações é encontrada mais frequentemente do que em outro tipo de suporte. A estela da associação de tecelões, no entanto, não é a única que possui o mesmo propósito: temos também, por exemplo, a estela *synodos Tithoeous theou megalou (TM 88391)*, dedicada pelo *synodos* de Coptos ao deus Amon, que pode ser identificado como Min em Coptos.

Figura 2 – Estela da *synodos Tithoeous theou megalou*



Fonte: Trismegistos 88391/Cairo, Egyptian Museum: JdE 37538.

A estela em destaque revela a presença de uma associação religiosa em honra ao Tutu em Coptos, que erigiu a estela por ocasião de uma festa do deus. Kaper (2003, p. 295) afirma que não há dúvidas que a estela é datada do período romano. Para o autor, o deus esfíngico Tutu aparece vestindo trajes militares romanos, assim como a presença do grifo ao lado das asas também seria um elemento romano. Explica o autor: “a elaborada iconografia da esfinge, conhecida das moedas, sugere o reinado de Trajano e o estilo do toucado sugere Antonino Pio. Sugestões recentes de datação da estela sugerem o reinado de Septímio Severo” (Kaper, 2003, p. 295). A inscrição contida na estela está em grego e relata os motivos da composição desta: “A sociedade de culto de Tutu, o grande deus, em homenagem ao deus de Amon, quando Kosmaros era sumo sacerdote, fez (esta estela) ser feita, por piedade, no ano 18, dia 13 do mês de Thoth” (Kaper, 2003, p. 295).

Outras estelas que não possuem inscrições especificando o pertencimento a uma associação também podem ser, no entanto, provenientes da

associação de culto ao deus Tutu durante o período romano, segundo Kaper (1998, p. 150). A justificativa dada pelo autor segue a lógica de que todas possuem o mesmo estilo iconográfico e a mesma proveniência: Coptos.

### Figura 3 – Estela coptiana de Tutu



Fonte: Cairo, Egyptian Museum: CG 27574.

A estela apresentada é um dos exemplos dados por Olaf Karper. A datação romana se justifica pelos trajes militares romanos. Tutu, em figura humana, porta uma peruca encaracolada e um cocar de *nemes*. O Tutu usa, ainda, uma coroa composta de chifres de carneiro e um disco solar com cobras em ambos os lados. Já a forma esfíngica possui uma capa na traseira com a bainha visível entre as pernas. A cauda termina em uma cobra com um disco solar na cabeça. O corpo leonino de Tutu tem uma corrente decorativa e há serpentes enroladas em suas pernas.

## Figura 4 – Estela de Tutu



Fonte: Berlin, Ägyptisches Museum, 20840.

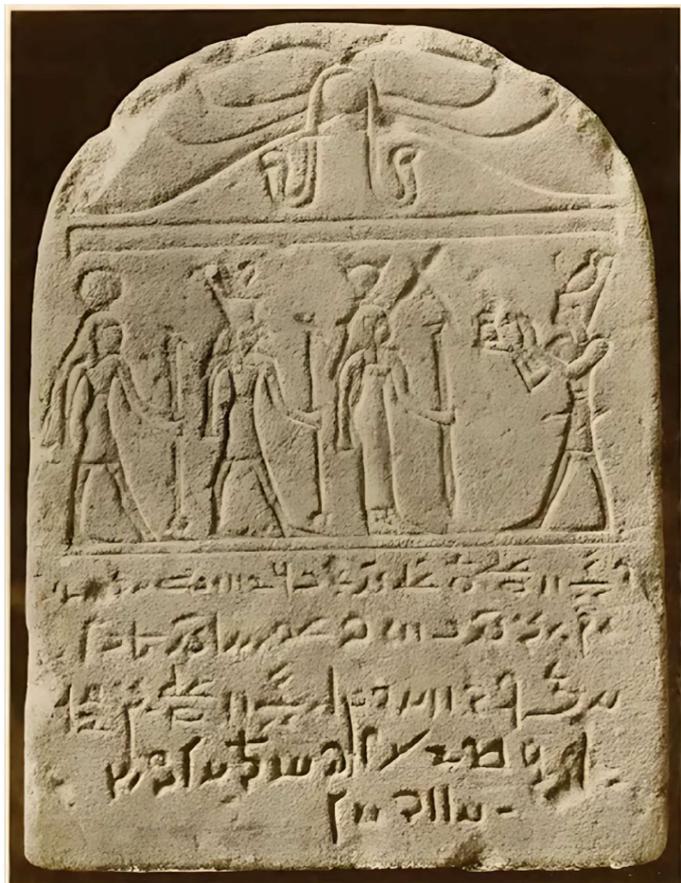
A estela Berlin 20840 é, possivelmente contemporânea à estela da *synodos Tithoeous theou megalou* (TM 88391/Cairo JdE 37538), segundo Karper. O autor também sugere que, embora a proveniência da estela seja desconhecida, a semelhança iconográfica com as duas estelas apresentadas anteriormente evidencia que sejam de Coptos.

*A visão frontal do rosto é emoldurada por uma peruca encaracolada e um cocar de nemes. Ao redor dos nemes, oito cabeças de animais aparecem. Estes são (de baixo para a direita para baixo à esquerda): carneiro, íbis, falcão, touro, leão, cachorro e babuíno, felino mostrado de rosto inteiro. A cabeça de um crocodilo se projeta do peito. Tutu usa a coroa atef e uma túnica militar. Uma capa é estuprada na parte de trás da esfinge, com a bainha visível entre as pernas. As caudas terminam em uma serpente, que tem a forma do*

*hieróglifo da cobra. Da parte de trás da esfinge emerge uma cabeça de falcão coroada com um disco solar. A mão direita de Tutu está segurando um machado duplo no alto, enquanto a outra mão está segurando uma lança, bem como o cabelo de um cativo amarrado. O cativo tem cabelos compridos e barba e usa um kilt. Suas pernas estão presas sob a parte frontal da esfinge. O corpo leonino de Tutu tem uma corrente decorativa. Entre a terceira e a última pata estão os restos de uma serpente, que nunca foi totalmente finalizada. A estela, que é a maior do corpus, provavelmente era do mesmo ateliê das outras estelas (Kaper, 2003, p. 299).*

Evidencia-se, ainda, a grande associação de Hathor em Dendera (*Egyptian Museum CG 50024*); a estela de topo arredondado demonstrada a seguir é constituída de arenito, em seu topo aparece o sol alado com duas *uraei*. Na cena central está o faraó, vestindo a coroa dupla e segurando o hieróglifo de um templo na mão direita; à sua frente estão três divindades: Hathor, Hórus e um deus com um disco solar em sua cabeça, provavelmente Rá.

**Figura 5 – Estela da associação de Hathor em Dendera**



Fonte: Cairo, Egyptian Museum: CG 50024.

A inscrição em demótico está esculpida em 5 linhas. A tradução das inscrições foi publicada no *Catalogue général des antiquités égyptiennes du Musée du Caire*, escrito pelo alemão Wilhelm Spiegelberg. Segue: “A grande comunidade de culto de Hathor foi fundada diante de Agathodaimon (?) através de Haremsynis, o filho de Peteharsomtus, o sacerdote *lesonis*<sup>5</sup>, e as pessoas da comunidade de culto juntos no ano 2 – Apollonios, o .... profeta de Rá” (Spiegelberg, 1932, p.2).

Uma associação de tecelões de Abidos também foi documentada por meio da estela (*Warsaw, National Museum 198804/TM 99067*) com inscrições em grego. Infelizmente, não foi possível ter acesso à imagem da estela, mas no catálogo *Inscriptions Grecques du Musée National de Varsovie* encontramos a tradução das inscrições contidas nela: “Local dos tecelões de Abidos, erigida sob as lições de Hierax. Ano 4 de Valériens Galliens Augustes, Epeiph, para sempre”.

### Considerações parciais

Tomando como exemplo as estelas egípcias apotropaicas erigidas em lugares públicos, como na entrada de templos, podemos observar que o patrono dessas estelas desejava ser lembrado pelos futuros visitantes do edifício, buscando acionar continuamente seus poderes mágico-religiosos. Essas estelas públicas faziam parte da paisagem religiosa no Egito Romano, constituindo uma tradição ritual nativa que era essencialmente independente do culto templário em si, conforme ressaltado por Frankfurter (1998, p. 49).

A partir dessa hipótese, é possível perceber a relevância da relação entre a prática da patronagem das associações e a construção das estelas. Um tipo de documentação recorrente no Egito Romano são as Estelas Funerárias, que não eram de aparição pública, pois estavam localizadas nos túmulos de seus proprietários. No entanto, argumentamos que essas estelas também podem ter sido fornecidas pelas mesmas associações como parte de sua responsabilidade para com os membros falecidos. Podemos observar certa

---

<sup>5</sup> “Ofício do *lesonis*”, é um equivalente egípcio ao termo grego *λεσωνεία*, que se refere às responsabilidades dos sacerdotes para as preocupações fiscais do templo, o “ofício do *lesonis*”; *mr-Sn* em egípcio, supervisor de inspeção, uma espécie de presidente de templo, um funcionário às vezes secular que cuida da administração financeira.

semelhança de estilo e iconografia em algumas estelas, o que sugere que tenham sido produzidas na mesma oficina e/ou associação. Com base nessas reflexões, demonstramos a riqueza de possibilidades analíticas que as associações nos proporcionam.

### **Documentação arqueológica**

ABDALLA, Aly. *Graeco-Roman Funerary Stelae from Upper Egypt*. Liverpool: University of Liverpool Press, 1992.

CAGNAT, René *et al.* (eds.). *Inscriptiones graecae ad res romanas pertinentes, 1-4 Vols.* Chicago: Ares, 1975.

MILNE, Josef Grafton. *Greek Inscriptions*. Oxford: University Press Oxford, 1905.

PETRIE, Flinders. *Koptos*. London: Egypt Exploration Fund, 1896.

\_\_\_\_\_. *Denderah 1898*. London: Egypt Exploration Fund, 1900.

\_\_\_\_\_. *Abydos, Part 1*. London: Egypt Exploration Fund, 1902.

\_\_\_\_\_. *Abydos, Part 2*. London: Egypt Exploration Fund, 1903.

\_\_\_\_\_. *Abydos, Part 3*. London: Egypt Exploration Fund, 1903.

### **Referências bibliográficas**

ARNAOUTOGLU, Ilias N. Collegia in the Province of Egypt in the First Century AD. *Journal Ancient Society*, v. 35, p. 197-216, 2005.

\_\_\_\_\_. Ils étaient dans la ville, mais tout à fait en dehors de la cité: Status and identity in private religious associations in hellenistic Athens. In: NIJF, Onno M. Van; ALSTON, Richard (eds.). *Political culture in the greek city after the classical age*. Leuven: Peeters, 2011, p. 27-48.

BOAK, Arthur. The organization of guilds in Greco-Roman Egypt. *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, v. 68, p. 212-220, 1937.

BROEKAERT, Wim. *Partners in Business: Roman Merchants and the potential Advantages of being a collegiatus*. *Ancient Society*, v. 41, p. 221-256, 2011.

FRANKFURTER, David. *Religion in Roman Egypt: Assimilation and Resistance*. New Jersey: Princeton University Press, 1998.

KAPER, Olaf. *The Egyptian God Tutu: a study of the sphinx-god and master of*

- demons with a corpus of monuments. Paris: Peeters Publishers, 2003.
- KLOPPENBORG, John; WILSON, Stephen. *Voluntary associations in the Graeco-Roman world*. London: Routledge, 1996.
- LANGELLOTTI, Micaela. Professional Associations and the State in Roman Egypt: The Case of First-Century Tebtunis. *Chronique d’Egypte*, v. 91, n. 181, p. 111-134, 2016.
- MACMULLEN, Ramsay. *Roman social relations: 50 BC to AD 284*. Yale: Yale University Press, 1974.
- MONSON, Andrew. Taxation and Fiscal Reforms. IN: VANDORPE, Katelijn (ed.). *A Companion to Greco-Roman and Late Antique Egypt*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2019, p. 147-162.
- VENTICINQUE, Philip. Family Affairs: Guild Regulations and Family Relationships in Roman Egypt. *Greek, Roman and Byzantine Studies*, v. 50, n. 2, p. 273-294, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Honor Among Thieves: Craftsmen, Merchants, and Associations in Roman and Late Roman Egypt*. Michigan: University of Michigan Press, 2016.